

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A companhia com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas. A companhia está com suas atividades operacionais paralisadas.

O exercício social da companhia compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte. Essas demonstrações financeiras compreendem o período societário de 12 (doze) meses findos em 30 de abril de 2024.

Em 28 de maio de 2021 a companhia entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; tendo obtido a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023, a empresa e o grupo ao qual pertence, firmaram o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3 Provisões para contingências

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável a Companhia, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

3 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo está substancialmente representado por aplicações financeiras de curto prazo.

4 Partes relacionadas

Os saldos são assim apresentados:

	30/04/2024	
	ATIVOS	PASSIVOS
Agropecuária Nossa senhora do Carmo S.A. - Em recuperação judicial	22.438	27.244
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool - Em recuperação judicial	33.003	46.175
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. - Em recuperação judicial	35.011	8.184
Agropecuária Terras Novas S.A. - Em recuperação judicial	15.077	33.331
	<u>105.530</u>	<u>114.935</u>

5 Impostos e contribuições a recolher

Os saldos de Impostos e contribuições a recolher referem-se substancialmente a tributos federais.

Como mencionado na Nota 1, em 1 de fevereiro de 2023, a administração firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

6 Contas a pagar no PRJ

Representa os montantes a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	30/04/2024
Credores Classe I	349
Credores Classe IV	2
	<u>351</u>

7 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 50, está dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 10% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

8 Despesas financeiras

	<u>30/04/2024</u>
Resultado financeiro	
Receitas Financeiras	4
Despesas Financeiras	(241)
Receitas (Despesas) financeiras do Plano de Recuperação Judicial	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(236)</u>


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *